

Tá em casa ou na escola? Uma leitura da prática escolar em unidade de internação socioeducativa da cidade de São Paulo
de Reinaldo Vicente da Costa Júnior

Dissertação de Mestrado, Universidade Nove de Julho – UNINOVE.
São Paulo, 2012. 181 p.

Miriam Aparecida Guedes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-Uninove.
Linha de Pesquisa: Práticas Educacionais.
miriam.drm5@gmail.com

Os percalços da educação escolar em instituições totais

Reinaldo Vicente da Costa Júnior, graduado e bacharelado em História pela Universidade de Brasília (UnB), foi professor da Educação Básica da rede estadual do estado de São Paulo e atuou como educador na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA e na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA/SP. Sua dissertação de Mestrado, que ora resenhamos, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho - Uninove, na Linha de Pesquisa em Práticas Educacionais, retrata questões pertinentes aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação,¹ conforme referida no artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No período compreendido entre 2010 e 2011, o autor se valeu de sua condição de professor substituto de uma unidade da capital paulista da Fundação CASA, que lhe permitia contato semanal com diversos adolescentes que cumpriam medida de internação, para levantar *in loco* importantes dados etnográficos para sua pesquisa, tendo como eixo interpretativo de sua experiência uma bibliografia clássica – Michel Foucault e Ervin Goffman, entre eles - que trata dos diversos tipos de controles sociais, os chamados *sistemas totais*.

Durante o trabalho de pesquisa, suas anotações de campo permitiram coletar marcas, sentidos, falas e até músicas (*raps e funks*) que, para ele, significavam a resistência dos adolescentes em privação de liberdade. Logo no início de seu texto, faz uma competente “historiografia” do aparato jurídico que, sucessivamente, norteou o atendimento à criança e ao adolescente, das “Ordenações Filipinas”

(e sua possibilidade da pena capital) ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2012), com a intenção de dar conta da problemática de crianças, adolescentes e jovens brasileiros – classificações que só apareceram no século passado – abandonados(as) e infratores(as).

Os paradigmas que orientavam cada novo ordenamento jurídico foram mudando, sem nunca dar conta de toda a problemática. A percepção atual é que, ao contrário do passado, esses brasileiros são detentores de direitos e a família, a sociedade e o Estado têm deveres para com eles, com prioridade absoluta dada pela Constituição Federal de 1988. Assim, a chamada Doutrina da Proteção Integral tornou-se o princípio legal das políticas públicas. Na execução das novas diretrizes, o Estado tinha a obrigação de criar locais adequados aos novos entendimentos de como deveriam ser os espaços de tutela, o que nem sempre ocorreu. De todo modo, foi necessário alterar nomes e formatos das construções: de Funabem a FEBEM e, desta, à Fundação CASA e seu novo modelo arquitetônico como centro de atendimento.

Inicialmente, as doutrinas jurídicas, depois, pouco a pouco, outras ciências humanas (comportamentais, educacionais e sociológicas) foram dando seu contributo à causa da criança e do adolescente. O crescente entendimento do caráter socioeducativo e da variação das medidas contempladas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA garantiram uma série de direitos à infância e à adolescência e o SINASE buscou fortalecer o caráter pedagógico das práticas institucionais em detrimento daquelas repressivas e punitivas de outras épocas.

Dado que o local da pesquisa etnográfica foi a Fundação CASA de São Paulo, o autor conferiu atenção especial às mudanças e avanços conseguidos, como o abandono de um modelo de instituição total que favorecia políticas de segregação, exclusão e penalização, mas também trouxe ao debate as dificuldades que ainda travam o ideal do atendimento socioeducativo. Quando começa, especificamente, a tratar da educação no ambiente socioeducativo de internação, Reinaldo procura os sinais de opressão e resistência e avalia que, assim, se poderá obter melhor entendimento dos pressupostos pedagógicos envolvidos nas relações dos distintos atores sociais e setores da esfera pública. Entram em cena os conceitos do educador Paulo Freire - opressores, oprimidos e opressão -, como elementos interpretativos fundamentais para a percepção e o entendimento das questões educacionais em tal equipamento e naquela específica situação institucional. Para surpresa do pesquisador, tanto adolescentes quanto funcionários, em momento algum, se percebem na condição de oprimidos ou expressam, em suas falas, estarem nessa condição: “Seu Reinaldo, a casa é nossa!”.

Interpretando os depoimentos dos jovens, o pesquisador buscou entender as transformações da política educacional paulista no que se refere ao projeto escolar dessas unidades de internação. Procurou dar luz às percepções, interações e significados dos atores envolvidos na pesquisa, especialmente quanto à significação, para aqueles adolescentes, da educação formal propiciada pela escola vinculadora que atende aquele centro, recorrendo, para tanto, a um entremeado de descrições de relações sociais pedagógicas e das narrativas dos meninos internos.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, sempre em diálogo com a práxis educativa de projetos diversificados voltados a grupos juvenis. No Capítulo I, “De um mundo de internados a um mundo institucionalizado”, o autor relata o processo histórico de institucionalização e normalização da infância e da juventude no Brasil, doutrinas jurídicas e políticas que tratam da situação legal dos adolescentes em conflito com a lei, sob o viés do SINASE. Expressa o autor que a

[...] harmonização entre as novas disciplinas científicas e o poder judiciário, as políticas públicas decorrentes da simbiose desses estudos também são de fundamental importância para o estudo das medidas disciplinadoras e punitivas a que os adolescentes autores de atos infracionais estiveram submetidos ao longo do processo histórico brasileiro. (p. 37-38)

O Capítulo II traz o título “Opressões e resistências na escolarização de uma Unidade de Internação Socioeducativa”, e nele o autor explicita as referências teóricas de sua pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para favorecer aos sujeitos entrevistados sua “pronúncia” do mundo escolar na Fundação, a partir das questões geradoras que orientaram a investigação. Para falar sobre o tema, dialoga com Freire e Foucault:

A interferência teórica que propomos, ao buscar subsídios tanto no pensamento freiriano quanto foucaultiano, é a possibilidade de convergência de direções e amplitudes que se potencializem politicamente, quando os mesmos apresentam o entendimento da “resistência”, enquanto práticas, estratégias e táticas encontradas, especialmente nos “saberes marginais” [...]. (78-79)

No Capítulo III, “Em meio a um campo de concreto e aço: etnografia de uma prática escolar em uma Unidade de Internação Socioeducativa”, Reinaldo retrata a escola em regime de medida socioeducativa de internação, informando ao leitor da ausência de estudos acadêmicos sobre o perfil da educação ministrada nesse tipo de instituição:

Uma instituição criada em conformidade com a legislação específica da criança e do adolescente – ECA, cujas características e estruturas físicas e administrativas remontam àquela configuração de uma “instituição social total” estabelecida pelo cientista social Erving Goffman na sua obra “Manicômios, Prisões e Conventos”. (p. 95)

No Capítulo IV, com o título “Uma escola (por)menorizada”, o pesquisador apresenta algumas considerações reflexivas sobre a situação escolar da CASA: “Uma escola regular “em meio a grades e muralhas”, como costumeiramente iniciam-se as cartas de adolescentes internados [. . .]” (p. 123) e “O cotidiano da escola na “Febem” tem se mostrado bem diferente das “escola do mundão”, como é usual escutar de adolescentes/educandos internados na unidade pesquisada”. (p. 124)

Segundo Reinaldo, a compreensão crítica dos fundamentos e das influências que impactam as práticas cotidianas das medidas de internação são elementos importantes a merecer a atenção dos profissionais que atuam nas áreas social, educacional e da segurança. Entre tantos momentos do texto, ressalte-se o exaustivo levantamento de obras que pretendem dialogar com o assunto de sua pesquisa. Nesse processo, contando com sua experiência de educador desses jovens, o autor discute a aplicabilidade da medida de internação e a educação escolar.

Ao recomendar a leitura desta dissertação, acreditamos na possibilidade de reflexão sobre as medidas socioeducativas preconizadas no ECA e no SINASE e na educação escolar previstas na LDBEN, especialmente no momento em que se discute a redução da maioridade penal.

O texto apresentado interessa àqueles que pesquisam os jovens em conflito com a lei no cotidiano pedagógico das medidas socioeducativas, com ênfase no expediente de internação de responsabilidade da Fundação CASA-SP e em suas práticas educativas.

Nota

- 1 Art. 121 – A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.